



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Controladoria-Geral do Município
Unidade de Auditoria-Geral

COMPANHIA CARRIS PORTO-ALEGRENSE

RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO 10/14

Maio de 2014





SÍNTESE DO RELATÓRIO-DIAGNÓSTICO 10/14 – CARRIS

1. Licitações, Dispensas e Inexigibilidades – Licitações – Solicitação 58492 (CV 001/14)

– Verificamos a falta de planilha de custos com base em pesquisa de mercado e orçamento para justificar o valor de locação de espaço físico para a exploração de lancheria-restaurante (subitem 1.1.1.1). Não localizamos a comprovação da renúncia da participação ao Convite 001/14, pelos convidados (subitem 1.1.1.2).

2. Despesas – União Social dos Empregados da Carris – USECARRIS – Verificamos

fragilidades na formalização e controle das transferências de recursos financeiros a USECARRIS. Há repasses realizados em 2011, no valor de **R\$ 80.000,00**, ainda pendentes de regularização (subitem 2.1). **Convênio com a SMED** – Verificamos que permanece sem prestação de contas o valor de R\$ 500.000,00, repassado pela SMED a Carris em **24/06/11**, através de convênio para construção de uma creche. Também não localizamos a renovação do convênio que venceu no início de 2012. Do montante conveniado, R\$ 250.000,00 foram repassados a USECARRIS em 29/06/11 e R\$ 250.000,00, permaneceu na Companhia (subitem 2.2). Conforme registros contábeis, a Carris já desembolsou o valor de **R\$ 270.979,68**, com despesas na construção da creche, no entanto a obra permanece parada, e ainda não foi apurada a responsabilidade de quem deu causa ao fato (subitem 2.2.1). O valor repassado a USECARRIS, conforme informação da Administração atual, não foi gasto na referida obra, existindo movimentação do recurso com desvio de finalidade no decorrer do período (subitem 2.2.2). **Obrigações Sociais e Fiscais** – Verificamos que as obrigações fiscais e sociais vêm sendo recolhidas com atraso, gerando despesas com juros e multas de valor significativo, sendo que o valor das obrigações pendentes de recolhimento em 31/12/13, incluindo parcelamentos, era de R\$ 5.820.754,35 (subitem 2.3). Observamos a realização de Empréstimo Financeiro, no valor de R\$ 2.000.000,00 a ser pago em 12 vezes de R\$ 166.666,67, junto à empresa [REDACTED], prestadora de serviços da Carris. Em que pese a não incidência de juros financeiros no ressarcimento do valor, o



procedimento pode comprometer a imparcialidade em futura contratação, pois a mesma é participante de todos os processos licitatórios realizados pela Carris (subitem 2.4). Verificamos pendência de longo prazo referente a multas pagas para servidores da Companhia, por falta de saldo e sem solução até o momento pelos Gestores da empresa (subitem 2.5.1). Continua pendente de regularização, desde 2011, junto ao SAMU/PMPA, o valor de **R\$ 578.336,00**, referente a fornecimento de óleo para as ambulâncias, quando poderia ter sido realizado encontro de contas com o Município e regularizada a referida situação (subitem 2.5.2). Há pendências de longo prazo, em que a CARRIS é credora, referente ao convênio realizado com o Município relativo a cedência de pessoal, no valor de **R\$ 829.354,00**, que também poderia ter sido regularizado através de encontro de contas junto ao Município (subitem 2.5.3). Ausência de prestação e **aprovação** das contas dos recursos oriundos do Programa de Apoio do Esporte – PROESPORT, repassados através de convênio, no valor de R\$ 28.000,00 a Entidade [REDACTED] e no valor de R\$ 50.000,00, para [REDACTED] (subitem 2.6). Na análise dos pagamentos individuais verificamos que todas as declarações fornecidas pelos Conselheiros da Carris, com o propósito da não retenção de INSS dos valores recebidos, estão incompletas, em desacordo com as exigências legais vigentes, faltando dados imprescindíveis, inclusive, uma das declarações, não se encontrava assinada (subitem 2.7). Nas contribuições mensais, sobre contribuintes individuais, junto ao INSS, a empresa vem considerando a tributação de **20%** sobre o valor bruto pago aos mesmos, quando, pela legislação vigente, a partir de janeiro de 2013, os mesmos estão incluídos no cálculo da desoneração da folha (2 % sobre a receita bruta) sem necessidade do referido desembolso. Orientamos para buscar o ressarcimento do valor pago a maior no período, junto a RFB (subitem 2.7.1). Nas transferências de recursos do Município para incorporação de Capital Social na Carris, há divergências nos valores transferidos e nos valores incorporados, demonstrando falta de conciliação das contas e registros junto a SMF/Centralizada, o que recomendamos realizar com urgência (subitem 2.8).

3. Análise Financeira – Relatório Anual da Diretoria – Recomendamos a disponibilização desta publicação (Relatório Anual da Diretoria e Demonstrações Contábeis) na página da Carris e/ou no Portal Transparência e Acesso a Informação da Prefeitura Municipal de



Porto Alegre. Verificamos inconsistências formais entre alguns montantes apresentados nas demonstrações e notas explicativas. Além disso, constatamos que o somatório de alguns grupos do Balanço Patrimonial está incorreto (subitem 3.1). **Revisão Analítica** – Constatamos variação relevante no Imobilizado, a qual verificamos que se refere à movimentação no Ativo Não Circulante Mantido para a Venda (ônibus desativados que atingiram a idade limite fixada para trafegar na Cidade), aquisição, em 2012, de 13 ônibus Volvo e contabilização da depreciação do período. Nos financiamentos, verificamos que foram contratados R\$ 10,790 milhões em 2012, para aquisição dos 13 ônibus. Em 2013, o **montante total de financiamentos é de R\$ 112,3 milhões**, dos quais R\$ 51 milhões foram contratados para aquisição de ônibus e **R\$ 59 milhões para o capital de giro**. No Capital Social, desde 2010, houve **integralização, pelo Município, de R\$ 46,605 milhões**. Verificamos que os prejuízos anuais vêm aumentando gradativamente nos últimos anos, sendo que os prejuízos acumulados somam aproximadamente R\$ 65 milhões (subitem 3.2.1). Constatamos que a Receita Bruta de Vendas cresceu 8% desde 2010, enquanto o Custo dos Serviços aumentou em 32%. Entretanto, em 2013, a Receita Bruta reduziu em 2%, em relação a 2012. Em relação ao Custo dos Serviços, constatamos que vem aumentando principalmente em virtude do crescimento do custo com pessoal, materiais e depreciação. Verificamos que o quantitativo de funcionários aumentou 24% desde 2010 e que, do total de funcionários da Carris, **18% encontra-se afastado por motivo de acidente do trabalho, auxílio doença ou invalidez**. Quanto ao aumento no consumo de combustíveis e de peças, o principal agravante foi o envelhecimento da frota (3,8 anos em 2010 e 5,8 anos em 2013), e o acréscimo de veículos com ar condicionado. Em relação às Despesas Administrativas, verificamos que houve um crescimento de 64% na despesa com pessoal, que em 2010 era de R\$ 7,432 milhões e em 2013 foi de R\$ 12,170 milhões. Além disso, verificamos despesas com contador, pagas através de Recibo de Pagamento de Contribuinte Individual, desde junho/13, no montante mensal de R\$ 4.560,00 (subitem 3.2.2). **Índices Econômico-Financeiros** – Após análise do Índice de Liquidez Corrente constatamos que a Companhia não possui recursos suficientes no ativo circulante para cobrir suas dívidas de curto prazo. Quanto ao Índice de Liquidez Geral, constatamos que o somatório dos valores conversíveis (Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo) não são suficientes para o pagamento das dívidas. Na análise do Índice de



Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais, verificamos que, em 2013, 94% dos recursos totais eram de terceiros. Em 2011, o Índice era de 79%, o que demonstra que o endividamento da Carris vem aumentando gradativamente. Quanto ao Giro do Ativo, verificamos que em 2013 o índice foi de 1,01, o que indica que o volume de serviços prestados superou o valor investido na Entidade. Verificamos que, em virtude do prejuízo do exercício, a margem de lucro foi negativa nos últimos exercícios, o que reflete na Taxa de Retornos sobre Investimentos, que foi negativa em 24% em 2013 e 16% em 2012 (subitem 3.3).

4. Almojarifado – Realizamos levantamento, por amostragem, nos almojarifados de Manutenção e Administrativo. A amostragem (40 itens) correspondeu a 0,39% do total dos itens ativos, que perfazem 10.169 itens cadastrados, e conforme observamos, 10 itens apresentaram diferenças (25 % da amostra) (subitem 4.1). Através da Ordem de Serviço nº 11111-141, de 17 de dezembro de 2013, houve designação da Comissão Inventariante para realização da conferência física dos materiais estocados nos Almojarifados do Administrativo e da Manutenção, no período de 10 a 12 de dezembro de 2013. Como já comentado em auditorias anteriores, apesar das diferenças não serem expressivas na maioria dos itens, se comparadas ao volume de materiais movimentados, a exceção do item com código 905-9, que durante o exercício apresentou uma diferença de R\$ 259.325,46, entendemos que podem ser aprimorados os controles existentes, evitando, ao máximo, divergências na contagem de materiais, tanto positivas quanto negativas (subitem 4.2).

5. Patrimônio – Verificamos que o custo histórico do Imobilizado, em 2013, monta em R\$ 177.974.195,76, dos quais aproximadamente 82% refere-se a veículos de passageiros (subitem 5.1). O levantamento físico dos bens patrimoniais da Companhia foi realizado no mês de dezembro de 2013, por comissão designada pela OS nº 11111-142, de 02/12/13. Observamos que foram constatados 47 bens obsoletos ou não localizados, com valor original de R\$ 9.351,15. Verificamos que o encerramento do Inventário Patrimonial de 2013 ocorreu em 31 de janeiro de 2014, deixando de ser observado o término do exercício financeiro de 2013. Além disso, constatamos que o levantamento dos bens é realizado



pelo próprio setor em que constam os itens e não pela equipe de inventário, em virtude da falta de pessoal para realizar a inspeção em toda a empresa (subitem 5.2). As documentações dos Termos de Responsabilidade das 31 áreas da Companhia estão devidamente assinadas e formalizadas, entretanto verificamos que em alguns Termos não consta o carimbo ou a matrícula do responsável (subitem 5.3).

6. Obras e Reformas – Centro Integrado da Carris – Inspecionamos *in loco* a obra prédio do Centro Integrado da Carris que encontra-se paralisada, sendo objeto de auditoria anterior. Constatamos que não foram adotadas medidas para a recuperação dos ninhos (falhas) nos elementos estruturais de concreto armado e no recobrimento dos elementos estruturais. Verificamos que apesar das recomendações da auditoria para contratação de um laudo estrutural para nortear os serviços de recuperação do prédio, uma parte do 1º pavimento estava sendo utilizada como depósito provisório e teve os elementos estruturais como pilares e vigas rebocados, fato que prejudicará uma futura avaliação técnica. Constatamos que ainda existem problemas nas alvenarias de vedação, sendo que algumas vergas não possuem ferragem, o que causa instabilidade à alvenaria (subitem 6.1). **Creche** – Inspecionamos *in loco* o canteiro de obras da creche, cuja construção também está paralisada. Verificamos que a construção do prédio foi paralisada na execução do 2º pavimento. A obra apresenta problemas de segregação do concreto e de formação dos nichos na concretagem de pilares, dentre outros. Entendemos que a Carris deva avaliar a recuperação da estrutura, a partir dos elementos constituintes do relatório técnico de vistoria de 10 de abril de 2012, ou outros laudos que porventura venham a ser contratados pela Companhia (subitem 6.2). **Manutenção** – A instalação da rede de energia elétrica é de qualidade precária, existindo disjuntores fixados diretamente à alvenaria, sem a utilização de caixas ou centros de distribuição de disjuntores. Verificamos que as valas de manutenção da oficina, estão com resíduos de óleos, graxas e água, e as fiações elétricas não estão protegidas por canaletas, estando expostas, oferecendo riscos de choques elétricos que em determinadas condições desfavoráveis podem ser até fatais. A Carris está utilizando indevidamente a chamada “área verde” para pintura de veículos, é importante frisar que este local não possui exaustores, e foram instalados precariamente dois climatizadores com névoa no local. Existem ainda dentro da área verde aparelhos de ar



condicionado de janela de 12.000 Btus que fazem o retorno do ar com esta área de pintura. Realizamos inspeção na recebedoria e observamos que os postos de trabalho não estão ergonomicamente projetados para as atividades desenvolvidas no local. Verificamos que em relação a auditorias realizadas em anos anteriores, houve um aumento da quantidade de ocorrências de pontos com resíduos de óleo e fluídos, oriundos dos serviços de manutenção dos ônibus, nas valas de manutenção, bem como no piso e no pátio. Constatamos que as atividades desempenhadas nas rampas de lavagem de veículos, que não possuem sistema de coleta de água com canaletas e a lavagem de peças também contribuem significativamente para que a água com resíduos penetre no solo (subitem 6.3).

7. SISCOP – Sistema de Controle de Obras Públicas do TCE/RS – Em reuniões com a arquiteta, o Chefe de Gabinete e com o Gerente, durante o período de inspeção, sobre o envio das informações da Cia. Carris para o Sistema para Controle de Obras Públicas – SISCOP não recebemos resposta positiva acerca do envio ao TCE.